



Ata referente à XXXVI Assembleia Geral do FOPEMIMPE	
Data: 02/06/2025	Local: Centro de Treinamento do Sistema Ocemg – Avenida Carandaí, 335 – Funcionários- Belo Horizonte/MG
<p>Assuntos:</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Apresentação Comitês Temáticos;<input type="checkbox"/> Apresentação dos Projetos da Superintendência de Micro e Pequenas Empresas;<input type="checkbox"/> Apresentação de temas discutidos no Fórum Nacional;<input type="checkbox"/> Política Estadual de MPES;<input type="checkbox"/> Moção oficial para Linhas de Créditos voltadas a sustentabilidade de Negócios de Pequeno Porte;<input type="checkbox"/> Demais Contribuições dos parceiros;<input type="checkbox"/> Encerramento.	



PARTICIPANTES EM ORDEM ALFABÉTICA

- ALINE COSTA (SEGOV)
- AMAURI ALVES (OCEMG)
- ANA CAROLINA ZAMOGLER (SEDE)
- ANDREIA DE ALMEIDA (CORREIOS)
- ANGELO LUIZ REZENDE (SECULT)
- ANTONIO MARCOS PEREIRA (CIEE/MG)
- ARIANE VILHENA (SEBRAE)
- BRUNO ARAÚJO OLIVEIRA (SEDE)
- CAMILA RABELLO (SEPLAG)
- DUDA TORRES (FEDERAMINAS)
- EDUARDO SILVEIRA (SEF)
- EDVAR DIAS CAMPOS (ACMINAS)
- ELSON ANTERO (OCEMG)
- FELIPE PASCHOAL (SEDESE)
- GABRIEL TAVARES (JUCEMG)
- GEOVANNTELES (CDL BH)
- GERALDO MAGELA(OCEMG)
- GISELLE NOLASCO (SEDE)
- GLAUCIA FIALHO (SEDE)
- GUILHERME PASSOS FRICHE (SEMAD)
- JORGE ROLLA (FECOMÉRCIO)
- LETICIA GUERRA (BDMG)
- LUCAS MACHADO (CRC)
- LUCIANA BARBOSA (SEDE)
- MARIA ENEILA LOIOLA (FECOMÉRCIO)
- MARCO MENDONÇA GASPAR (SEDE)
- NAIR ANDRADE (ACMINAS)
- RAFAELA MARINHO (ABRASEL)
- RITA DE CASSIA (FCDL)
- RODRIGO SAMPAIO MELO (SEDE)
- ROSENDO MAGELA (CRA-MG)
- TAYLER MARTINS (SEDE)
- THADEU CHAVES (FIEMG)
- THARCIO ELIZIO (CDL BH)
- VINICIUS CARLOS (FCDL)
- WANDER CARVALHO (FECOMÉRCIO)



EXTRATO DA ATA

No dia 02 (dois) do mês de junho de 2025, das 14:00 as 17:00, na OCEMG – Avenida Carandaí, nº335- Funcionários, realizou-se a XXXVI Assembleia Geral do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Fopemimpe. A reunião contou com a presença de representantes: da Associação Comercial e Empresaria de Minas (AC Minas); da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL); do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG); da Câmara de Dirigentes Logistas de Belo Horizonte (CDL BH); do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRC-MG); do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE); da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios); do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais (CRA-MG); da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Minas Gerais (FCDL); da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas); da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Minas Gerais (Fecomércio/MG); da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG); do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG); do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae MG); da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDE); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE); da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAG); da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); da Secretaria de Estado de Governo (SEGOV); da Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD); da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT). A reunião foi aberta pelo Sr. Rodrigo Melo, Subsecretário de Liberdade Econômica e Empreendedorismo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, dando boas vindas e agradecendo a presença de todos. Em seguida, dirigiu agradecimentos especiais ao Sr. Geraldo Magela (OCEMG), pela receptividade e por gentilmente disponibilizar o espaço para a realização da Assembleia. Ressaltou a importância da parceria e da relação de proximidade entre o Governo do Estado e as Entidades que compõem o ecossistema de desenvolvimento econômico. Por fim, convidou o Sr. Geraldo Magela (OCEMG) para fazer a abertura oficial da reunião, na condição de anfitrião. O Sr. Geraldo Magela (OCEMG) deu as boas-vindas à equipe da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE) e aos representantes das entidades presentes, agradecendo a participação de todos e ressaltando a honra da OCEMG em sediar a Assembleia do FOPEMIMPE. Em sua manifestação, destacou os avanços e os resultados relevantes alcançados pelo cooperativismo em Minas Gerais nos últimos anos, evidenciando a diversidade dos ramos de atuação e o papel estratégico das cooperativas no desenvolvimento econômico do Estado. Agradeceu pelas parcerias firmadas com diversas instituições presentes e enfatizou a importância do trabalho conjunto, ressaltando a contribuição do cooperativismo em múltiplas áreas da sociedade. Por fim, mencionou que o ano de 2025 é especialmente simbólico por ter sido instituído como o Ano Internacional das Cooperativas, o que reforça a necessidade de ampliar a visibilidade e o fortalecimento do setor. Colocou-se à disposição e reiterou os agradecimentos a todos os presentes. O Sr. Bruno Araújo Oliveira, Secretário Executivo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, fez uso da palavra para cumprimentar os presentes, agradecendo à equipe da OCEMG pela recepção, à equipe da SEDE e às instituições participantes da Assembleia. Destacou a importância do cooperativismo para o desenvolvimento do Estado e manifestou sua satisfação em presidir o Conselho Estadual do Cooperativismo (CECOOP). Ressaltou a relevância do FOPEMIMPE, enfatizando que a maioria das empresas formalizadas em Minas Gerais são micro e pequenas, o que reforça a importância de políticas públicas estruturadas voltadas a esse segmento. Aproveitou a ocasião para divulgar o Edital do Compete Minas, que destina R\$ 50



milhões ao fomento de projetos de inovação apresentados por empresas mineiras, em diversas áreas de atuação, com abrangência em todo o território estadual. Encerrando sua fala, agradeceu a atenção de todos e desejou uma reunião produtiva.

A Sra. Gláucia Fialho, Diretora de Promoção aos Pequenos Negócios e Empreendedorismo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, fez uso da palavra para agradecer a presença de todos e dar início à pauta técnica da reunião. Em sua exposição, apresentou os Comitês Temáticos atualmente em desenvolvimento no âmbito do FOPEMIMPE, destacando as ações priorizadas em cada eixo temático no ano anterior, bem como o status de andamento dessas iniciativas. Informou que a contratação de consultoria especializada para apoiar os trabalhos dos comitês está prevista para o mês de julho e, a partir dessa contratação, serão retomadas e agendadas as reuniões específicas de cada comitê. Na sequência, iniciou a apresentação referente ao Comitê Temático 1 – Racionalização Legal e Burocrática, em que a ação priorizada foi incentivar a adesão de Belo Horizonte, Contagem e Betim para implementação da Lei de Liberdade Econômica. As Entidades que compõem o FOPEMIMPE entregaram um ofício à Prefeitura de Belo Horizonte, manifestando o apoio à regulamentação local da Lei de Liberdade Econômica. Em resposta, o município elaborou um projeto de lei que atualmente está em tramitação. O próximo passo será o engajamento junto às prefeituras de Betim e Contagem, com a entrega dos ofícios e articulação institucional para fomentar adesão local à lei. O Sr. Wander Carvalho, representante da Fecomércio e responsável pela entrega do ofício à Prefeitura de Belo Horizonte, fez uso da palavra para manifestar satisfação com o encaminhamento da proposta de regulamentação da Lei de Liberdade Econômica no município, destacando a receptividade do atual prefeito ao tema. Ressaltou a importância de dar continuidade à mobilização junto às prefeituras de Contagem e Betim, por meio do envio dos ofícios e da articulação institucional necessária. Informou ainda que o município de Patrocínio, sua cidade natal, também está em processo de adesão à referida legislação. Colocou-se à disposição para contribuir com os desdobramentos dessa agenda e agradeceu a todos os presentes. A Sra. Gláucia Fonseca, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), deu prosseguimento à pauta, passando à apresentação do Comitê Temático 2 – Acesso a Mercados. Informou que uma das ações priorizadas no âmbito do comitê foi o lançamento da marca Vem de Minas, ocorrido durante a Feira Superminas, realizada em outubro do ano anterior. Destacou que a marca vem sendo utilizada em todas as feiras realizadas ao longo do ano corrente, e apresentou registros fotográficos demonstrando sua aplicação nos eventos promovidos. Na sequência, abordou outra ação prioritária do comitê: o Programa de Material Escolar, informando que o projeto já foi estruturado e que o modelo de decreto que o regulamenta encontra-se, atualmente, sob análise da Assessoria Jurídica da SEDE. Acrescentou que a proposta contempla a elaboração de um pacote normativo a ser disponibilizado às prefeituras mineiras, com o objetivo de facilitar a adesão e a implementação local do programa.

Dando continuidade, a Sra. Gláucia Fialho (SEDE) fez uso da palavra para tratar do Comitê Temático 4 – Investimento, Financiamento e Crédito, destacando que, inicialmente, a ação priorizada consistia em estimular a utilização de notas de empenho e contratos como instrumentos garantidores para viabilizar a antecipação de créditos destinados às Micro e Pequenas Empresas (MPEs). Na oportunidade, esclareceu que a Instrução Normativa nº 62/2021 foi revogada e substituída pela Instrução Normativa nº 82/2025, a qual amplia os procedimentos da fase preparatória das compras públicas, reforçando sua importância, e entrou em vigor em 02 de junho de 2025, sendo aplicável à administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diante deste novo cenário, a Sra. Gláucia ressaltou que a publicação da referida normativa aprimorou as condições para a operacionalização do modelo AntecipaGov, o qual passa a ser sugerido como alternativa à ação inicialmente priorizada. Esclareceu que o AntecipaGov possibilita que MPEs fornecedoras da Administração Pública antecipem o recebimento de créditos junto a instituições financeiras habilitadas, utilizando contratos administrativos como garantia, sem gerar novos ônus para o órgão contratante. Destacou, ainda, que a partir da Instrução Normativa nº 82/2025, estados



e municípios também poderão aderir à plataforma, mediante termo de acesso ao Siasg e ao Contratos.gov.br. Salientou que tal medida amplia as opções de financiamento disponíveis, fortalece a liquidez das empresas fornecedoras do poder público local e fomenta sua participação nas compras governamentais. Por fim, reforçou a relevância de uma atuação integrada entre os órgãos e instituições envolvidas para assegurar a efetividade da iniciativa. Na sequência, convidou a Sra. Ariane Vilhena (SEBRAE) a se manifestar. A Sra. Ariane Vilhena informou que será desenvolvido um projeto piloto para a implementação da proposta, o qual será realizado no município de Couto Magalhães, tendo em vista que o projeto de compras públicas foi estruturado com foco na aquisição local e na retenção de riquezas no território, considerando que, nesse município, a única instituição financeira existente é uma cooperativa de crédito. Relatou alguns desafios já identificados para a operacionalização do processo e destacou que, com a entrada em vigor da nova Instrução Normativa, os procedimentos seguirão conforme planejado. Finalizou informando que será agendada reunião específica para definição das tratativas necessárias ao desenvolvimento das ações. Na sequência, a Sra. Glaucia Fialho registrou que os bancos oficiais e as cooperativas de crédito já foram mobilizados, sendo necessário aprofundar o entendimento do processo de adesão e detalhar a operacionalização do modelo. O Sr. Geraldo Magela (OCEMG) complementou, relatando que já foi realizada reunião prévia, com participação da SEDE, na qual os sistemas de cooperativas de crédito mineiros manifestaram interesse em participar do projeto, sendo necessário, neste momento, alinhar os detalhes operacionais. Em seguida, o Sr. Marco Gaspar (SEDE) questionou sobre a forma de adesão dos estados e municípios à iniciativa, tendo a Sra. Ariane Vilhena (SEBRAE) esclarecido que é necessário realizar a adesão ao Contratos.gov.br. O Sr. Marco Gaspar sugeriu, ainda, avaliar a possibilidade de incluir a iniciativa no âmbito do programa Minas Livre Para Crescer, de modo a abranger os municípios que já aderiram à referida legislação. A Sra. Ariane Vilhena ponderou que é fundamental executar inicialmente o projeto piloto em um município de menor porte, a fim de compreender todas as etapas do processo, agindo com cautela para não gerar expectativas prematuras junto aos municípios e aos empresários. A Sra. Glaucia Fialho reforçou que a execução do projeto piloto em Couto Magalhães será essencial para compreender a parte técnica, identificar os ajustes necessários e observar as particularidades que poderão variar conforme a realidade de cada município, destacando que o apoio do SEBRAE será indispensável neste processo de adaptação. Em complemento, a Sra. Ariane Vilhena informou que, após a identificação dos gargalos, em parceria com o SERPRO, está prevista a elaboração de um manual ou tutorial para auxiliar os municípios interessados em aderir ao AntecipaGov e ao Contratos.gov.br, ressaltando que a plataforma oferecerá benefícios, mas exigirá maior rigor no cumprimento dos procedimentos. Na sequência, o Sr. Bruno Araújo (SEDE) destacou que o SERPRO é parceiro formal da SEDE, por meio de Acordo de Cooperação Técnica firmado no âmbito do Projeto Cidades do Futuro, o qual prevê a transferência de tecnologia, a realização de testes gratuitos e posterior validação de soluções desenvolvidas, o que poderá contribuir de forma significativa para o aprimoramento do processo, a depender do fluxo operacional adotado. O Sr. Geraldo Magela (OCEMG) reforçou que a OCEMG está ampliando o relacionamento das cooperativas com o BDMG, buscando aumentar o número de cooperativas de crédito parceiras, enfatizando que o público principal atendido por essas instituições são as micro e pequenas empresas. Destacou, ainda, a importância do trabalho conjunto e colocou a OCEMG à disposição para contribuir com o fortalecimento e a expansão do projeto. Por fim, a Sra. Glaucia Fialho acrescentou que o grande gargalo enfrentado pelas micro e pequenas empresas, no fornecimento para o setor público, é a falta de capital de giro e a morosidade nos trâmites de pagamento. Ressaltou que viabilizar a possibilidade de as empresas obterem até 70% de antecipação dos valores devidos será fundamental para estimular e fortalecer as compras públicas locais. Em continuidade, foi abordado o Comitê Temático 5 – Formação e Capacitação Empreendedora, sendo registrado que, no ano anterior, a ação priorizada consistiu na implantação de capacitações voltadas ao Tratamento Tributário Setorial (TTS). Na ocasião, destacou-se a realização do evento online “Café com o Contabilista”, promovido em parceria entre



o Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e a SEDE, com o tema Tratamentos Tributários Setoriais, o qual contou com a participação de 281 pessoas. Ressaltou-se que, para este ano, a proposta é promover uma capacitação específica sobre TTS voltada para o segmento de E-commerce, sendo necessário apenas organizar o cronograma, alinhar os parceiros interessados e dar prosseguimento à ação. Adicionalmente, foi registrado o andamento do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) em Compras Públicas, desenvolvido em parceria entre a SEDE, o SEBRAE e a SEPLAG, por meio do qual foram realizadas, ao longo de 2024, 57 turmas, capacitando um total de 366 participantes em diversas regiões do Estado. Na sequência, a Sra. Ariane Vilhena (SEBRAE) fez uso da palavra para observar que havia uma expectativa de que, com a entrada em vigor da Nova Lei de Licitações, os municípios conseguiriam se adequar de forma independente, especialmente no que se refere às normativas dos processos. Na prática, entretanto, observou-se que muitos municípios replicaram o regulamento federal, o qual não se aplica integralmente à realidade local. Informou que, diante desse contexto, foi reformulada toda a trilha de capacitação em compras públicas, estruturada em um projeto composto por 10 módulos, abrangendo desde a organização da prefeitura para vender até a capacitação do empresário para participar de processos de compras governamentais. A Sra. Ariane destacou, ainda, que o próximo passo será o lançamento do Plano de Contratações Anual (PCA) do município, visando posteriormente integrar este plano aos PCAs de órgãos federais, institutos, universidades e demais entidades, de forma a disponibilizar aos empresários um painel consolidado de oportunidades de negócios. Informou também que, neste ano, já foram realizadas turmas em duas cidades, estando prevista a ampliação para 30 municípios, com o envolvimento e a articulação de todos os parceiros locais. A Sra. Glauca Fialho (SEDE) tratou, então, do Comitê Temático 6 – Microempreendedor Individual (MEI), ressaltando que, no ano anterior, a ação priorizada foi o desenvolvimento do programa Prefeitura Amiga do MEI, cujo objetivo é estimular as compras públicas locais por meio do credenciamento simplificado de MEIs pelas prefeituras. Destacou que essa iniciativa visa reduzir a burocracia e ampliar a inclusão econômica de microempreendedores individuais, facilitando sua inserção como fornecedores do setor público. Informou que está em elaboração um pacote normativo para orientar as prefeituras interessadas em aderir ao programa, sendo que o modelo de decreto se encontra, no momento, sob análise da área jurídica da SEDE. Acrescentou, ainda, que o Sebrae está estruturando um projeto piloto voltado à temática, e que o Governo Federal lançou o projeto Contrata Mais Brasil, também com foco em ampliar oportunidades para o MEI. Na sequência, a Sra. Ariane Vilhena (SEBRAE) destacou a importância de promover a autonomia e o desenvolvimento do MEI, frisando que criar condições para que este segmento tenha capacidade de prestar serviço para o poder público é uma estratégia eficaz para fortalecer as economias locais. Observou que o incentivo à contratação pode ocorrer por meio de demandas de menor porte, como pequenos reparos, bem como por diferentes modalidades de credenciamento, a exemplo de rodízio, escolha pelo consumidor ou mercado fluido. Finalizou ressaltando que as formas de contratação do MEI são diversas e devem ser analisadas pelo gestor público de forma criteriosa, respeitando as características e necessidades específicas de cada município.

Em seguida, o Sr. Marco Gaspar (SEDE) fez uso da palavra para detalhar os projetos em andamento na Superintendência. Inicialmente, esclareceu que diversos projetos já se encontram estruturados desde o ano passado, porém houve um atraso na execução devido à mudança de Secretários na SEDE. Destacou as diferenças entre o Projeto Contrata Mais Brasil, do Governo Federal, e o Programa Prefeitura Amiga do MEI, desenvolvido pela SEDE, pontuando as vantagens e limitações de cada um. Explicou que, no modelo federal, os MEIs devem elaborar orçamentos e concorrem entre si, sendo o valor máximo de contratação limitado a R\$ 12.500 por MEI. Já no modelo mineiro, o credenciamento é realizado por sistema de rodízio, com valores previamente definidos por hora, o que proporciona maior previsibilidade e simplificação do processo para os microempreendedores. Na sequência, apresentou o projeto Vem de Minas, cuja marca foi lançada no ano passado durante a Feira Superminas e vem sendo trabalhada e aplicada em eventos e feiras promovidos pela Superintendência ao longo deste ano. Ressaltou que o Vem de Minas atua como um guarda-chuva para diversas ações, distribuídas em quatro eixos principais:



Semana de Desenvolvimento Econômico (SDE); Participação em Feiras Nacionais; Circuito Mineiro de Oportunidades e Negócios (CMON); e Encontros de Negócios entre grandes compradores e pequenos fornecedores. O objetivo central é ampliar o alcance dessas iniciativas, qualificando o ambiente de negócios nos municípios mineiros e fortalecendo as economias locais. Em continuidade, o Sr. Marco Gaspar mencionou o Programa Cartão Material Escolar, que visa disponibilizar cartões para aquisição de material escolar em estabelecimentos do próprio município, estimulando a economia local. Destacou os benefícios do programa, como o incentivo à participação de pequenas empresas, a desburocratização das compras públicas, a geração de emprego e renda, a formalização dos negócios, o aumento da arrecadação municipal, além do impacto positivo na educação, por contribuir para a motivação dos alunos. Citou como referência experiências em municípios visitados pessoalmente, como São Paulo e Foz do Iguaçu, que já adotaram o modelo com resultados satisfatórios. Na oportunidade, a Sra. Ariane Vilhena (SEBRAE) complementou, destacando que o Sebrae está desenvolvendo um projeto piloto para essa área, o qual deverá ser executado inicialmente por meio do consórcio CISPAP, podendo contemplar até 20 municípios e beneficiar cerca de 151 papelarias locais. Dando prosseguimento, o Sr. Marco Gaspar apresentou o Projeto Redes de Cooperação, que tem como objetivo fortalecer micro e pequenas empresas por meio da colaboração e formação de redes empresariais. Esclareceu que, diferentemente dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), o Redes de Cooperação não estabelece delimitação territorial e é restrito a associações formalizadas, promovendo a cooperação entre empresas, facilitando o acesso a novos mercados, reduzindo custos operacionais e incentivando a inovação. Informou que o decreto e a metodologia estão sendo elaborados com base no modelo já consolidado do Rio Grande do Sul, que conta com mais de 20 anos de implementação. Por fim, o Sr. Marco Gaspar apresentou o Projeto Coop + MPE Rio Doce, cujo objetivo é contribuir para a recuperação da economia dos municípios impactados pelo rompimento da barragem de Mariana, por meio do fortalecimento de associações, cooperativas e micro e pequenas empresas. Explicou que o projeto, em fase de estruturação, poderá alcançar até 200 municípios, com investimento estimado em até R\$ 55 milhões. Informou que está sendo concebido a partir de iniciativas já desenvolvidas pela Superintendência e que será apresentado em momento oportuno, após a validação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e do Vice-Governador.

A Sra. Glaucia Fialho (SEDE) deu continuidade destacando o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre a SEDE e os Correios, cujo propósito é facilitar o acesso a mercados, aprimorar a gestão e impulsionar a economia local, com foco na competitividade dos pequenos negócios. Informou que está em fase de elaboração um projeto relacionado a essa temática, em parceria com a Federaminas e a FCDL, com o intuito de ampliar o uso das soluções logísticas e digitais disponibilizadas pelos Correios, por meio de capacitações regionais. Esclareceu que essas capacitações serão realizadas em associações comerciais e Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDLs) dos municípios, visando divulgar os serviços oferecidos e promover uma integração efetiva que contribua para o desenvolvimento regional. Na sequência, abordou o tema do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPEs), ressaltando a importância de fortalecer a atuação do FOPEMIMPE-MG e promover maior alinhamento com as diretrizes e políticas públicas em nível nacional. Destacou que a proposta é compartilhar com os membros do Fórum em Minas Gerais as discussões realizadas no Fórum Nacional, além de disseminar boas práticas e experiências de outros Fóruns Estaduais. Acrescentou que será feita uma análise para identificar quais ações podem ser adaptadas, implementadas e efetivamente aplicadas à realidade mineira. Em complemento, a Sra. Maria Eneila (FECOMÉRCIO) manifestou que a Fecomércio se coloca à disposição para sediar o evento do Fórum Nacional em Minas Gerais e oferecer todo o suporte necessário, salientando que, em 2025, um dos principais focos será dar visibilidade à Política Nacional da Pequena Empresa, por meio de eventos em diversos estados. A Sra. Glaucia Fialho reforçou a relevância de manter esse alinhamento permanente com o Fórum Nacional e os Fóruns Estaduais, enfatizando a necessidade de acompanhar de forma sistemática os temas debatidos em nível federal. Pontuou que é essencial trazer para cada Comitê Temático os assuntos discutidos nacionalmente, bem como as boas práticas de outros estados, para que possam ser avaliados coletivamente e priorizados nas ações do FOPEMIMPE-MG. Aproveitou para abordar a recente Política Nacional das Micro e Pequenas Empresas (MPEs), publicada em abril de



2024, destacando seus objetivos específicos voltados ao fortalecimento do setor. Na oportunidade, a Sra. Maria Eneila Loiola (FECOMÉRCIO) registrou que o FOPEMIMPE foi uma das entidades responsáveis por apresentar contribuições e propostas que subsidiaram a elaboração dessa Política Nacional. Por fim, a Sra. Glaucia Fialho informou que encaminhará por e-mail a todas as entidades do Fórum o Decreto referente à Política Nacional das MPEs. Finalizou mencionando que estados como Paraná, Rio Grande do Norte e Ceará já possuem legislação estadual específica para MPEs, podendo servir de referência para iniciativas a serem desenvolvidas em Minas Gerais. A Sra. Glaucia Fialho (SEDE) apresentou a proposta de construção de uma Política Estadual de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) em Minas Gerais, ressaltando que o objetivo é recomendar ao Governo do Estado a elaboração de uma política específica voltada ao fortalecimento desse segmento, tomando como referência experiências consolidadas de outros estados. Destacou que a proposta deverá estar alinhada ao fortalecimento do ambiente de negócios e à promoção do desenvolvimento econômico sustentável no Estado. Na sequência, o Sr. Geraldo Magela (OCEMG) fez uso da palavra, destacando que Minas Gerais já possui um decreto vigente relacionado ao tema, mas sugeriu a criação de um grupo de trabalho para analisar a legislação existente e compará-la com os modelos adotados por estados que estão em estágio mais avançado. Enfatizou que esse trabalho permitirá identificar os mecanismos mais adequados para possíveis ajustes e melhorias. Acrescentou que, com uma condução técnica e organizada, as entidades produtivas, em parceria com o Governo, poderão construir uma proposta consistente, capaz de sensibilizar parlamentares e viabilizar apoio na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

A Sra. Glaucia Fialho (SEDE) complementou, reiterando a importância de aprofundar o tema, buscando a alternativa juridicamente mais segura. Reforçou que o propósito central é ampliar a participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas, promovendo inclusão econômica e geração de oportunidades. Registrou como encaminhamento a formação do grupo de trabalho, convidando as entidades interessadas a manifestarem sua participação. Em continuidade, a Sra. Glaucia Fialho (SEDE) abordou outra proposta apresentada na última reunião do Conselho, referente à Moção de Apelo ao Governo Federal. Explicou que o objetivo da moção é defender a criação de condições econômicas mais justas e sustentáveis para as MPEs, por meio da harmonização entre as políticas fiscal e monetária, da redução de custos, da ampliação do acesso ao crédito e do estímulo ao desenvolvimento do setor. Na sequência, convidou o Sr. Jorge Rolla (FECOMÉRCIO) para apresentar a moção aos presentes. O Sr. Jorge Rolla manifestou sua preocupação com os impactos das medidas econômicas sobre as micro e pequenas empresas, esclarecendo que a moção foi elaborada para formalizar essa preocupação junto ao Governo Federal. Detalhou os principais pontos do documento e ressaltou que a sobrevivência e o fortalecimento das pequenas e médias empresas são essenciais para o desenvolvimento sustentável, a geração de empregos de qualidade e a redução das desigualdades sociais e regionais no país. Em seguida, procedeu à leitura integral da moção, que será encaminhada oficialmente ao Fórum Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE).

O Sr. Rodrigo Melo (SEDE) colocou a moção em discussão, considerando as observações apresentadas. Não havendo manifestações contrárias, a moção foi aprovada por unanimidade na XXXVI Assembleia Geral do Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FOPEMIMPE), sendo deliberado seu envio como manifestação oficial do colegiado mineiro ao Fórum Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. O Sr. Rodrigo Melo informou que será solicitado ao autor da moção o ajuste do item 5 e que o documento será assinado e enviado com a maior brevidade possível. Na sequência, a Sra. Glaucia Fialho reforçou a importância da retomada das ações dos comitês temáticos, destacando que os grupos já estão estruturados. Informou que será encaminhada uma comunicação aos membros para que possam confirmar ou atualizar sua participação, bem como manifestar interesse em integrar outros comitês. Ressaltou que o objetivo é trazer discussões atuais para subsidiar a implementação de novas ações que contribuam para o fortalecimento do ambiente de negócios em Minas Gerais. Por fim, o Sr. Rodrigo Melo (SEDE) agradeceu a presença de todos, enfatizando a importância do



diálogo entre o Governo de Minas e o setor produtivo na construção de políticas públicas voltadas ao fortalecimento das micro e pequenas empresas. Registrou agradecimento especial à OCEMG pela recepção e à equipe da Diretoria pela organização do encontro, declarando encerrada a primeira Assembleia do FOPEMIMPE no exercício de 2025.

ASSINATURAS:

Aline Costa (SEGOV)

Amauri Alves (OCEMG)

Andreia de Almeida (CORREIOS)

Ana Carolina Zamogler (SEDE))

Angelo Luiz Rezende (SECULT)

Antonio Marcos Pereira (CIEE/MG)

Ariane Vilhena (SEBRAE)

Bruno Araújo Oliveira (SEDE)

Camila Rabello (SEPLAG)

Duda Torres (FEDERAMINAS)



Eduardo Silveira (SEF)

Edvar Campos (ACMINAS)

Elson Antero (OCEMG)

Felipe Paschoal (SEDESE)

Gabriel Tavares (JUCEMG)

Geovanne Teles (CDL BH)

Geraldo Magela (OCEMG)

Giselle Nolasco (SEDE)

Glaucia Fialho (SEDE)

Guilherme Passos (SEMAD)

Jorge Rolla (FECOMERCIO)



Leticia Guerra (BDMG)

Lucas Machado (CRC)

Luciana Barbosa (SEDE)

Maria Eneila Loiola (FECOMERCIO)

Marco Mendonça Gaspar (SEDE)

Nair Andrade (ACMINAS)

Rafaela Marinho (ABRASEL)

Rita de Cassia (FCDL)

Rodrigo Sampaio Melo (SEDE)

Rosendo Magela (CRA-MG)



Tayler Martins (SEDE)

Thadeu Chaves (FIEMG)

Tharcio Elizio (CDL BH)

Vinicius Carlos (FCDL)

Wander Carvalho (FECOMERCIO)